

Etnodrama como ferramenta para o enfrentamento ao racismo estrutural: Uma experiência de psicodrama público

Sabrina Silva Sabino^{1*} , Silvana Progetti Paschoal Sisti¹ , Inara Souza da Silva¹ 

RESUMO

Este artigo descreve uma experiência de psicodrama público fundamentada na metodologia do etnodrama, com o propósito de favorecer a escuta ativa e a reflexão coletiva sobre os impactos do racismo estrutural. A atividade, intitulada “Racista, eu? – um encontro para ir além do silêncio estrutural”, demonstrou como o psicodrama pode evidenciar conservas culturais, ampliar o letramento racial e fortalecer vínculos grupais. Por meio de poesia, cenas dramatizadas, músicas e partilhas emocionadas, desencadearam-se catarses individuais e coletivas que favoreceram a conscientização crítica, a empatia e a responsabilidade ética dos participantes. A vivência revelou o psicodrama como recurso dialógico e transformador, especialmente ao reconhecer as narrativas de pessoas negras como expressões legítimas de saber e resistência frente às estruturas de opressão social.

PALAVRAS-CHAVE: Etnodrama; Racismo estrutural; Psicodrama público; Letramento racial.

Ethnodrama as a tool for confronting structural racism: An experience of public psychodrama

ABSTRACT

This article describes a public psychodrama experience based on the methodology of ethnodrama, aiming to foster active listening and collective reflection on the impacts of structural racism. The activity, entitled “*Racist, me? – a meeting to go beyond structural silence*”, demonstrated how psychodrama can reveal cultural conserves, expand racial literacy, and strengthen group bonds. Poetry, dramatized scenes, music, and emotional sharing triggered individual and collective catharses that fostered critical awareness, empathy, and ethical responsibility among participants. The experience revealed ethnodrama as a dialogical and transformative resource, particularly by recognizing the narratives of Black individuals as legitimate expressions of knowledge and resistance in the face of oppressive social structures.

KEYWORDS: Ethnodrama; Structural racism; Public psychodrama; Racial literacy.

El etnodrama como herramienta para enfrentar el racismo estructural: Una experiencia de psicodrama público

RESUMEN


Este artículo describe una experiencia de psicodrama público basada en la metodología del etnodrama, con el propósito de fomentar la escucha activa y la reflexión colectiva sobre los impactos del racismo estructural. La actividad, titulada “*¿Racista, yo? – un encuentro para ir más allá del silencio estructural*”, demostró cómo el psicodrama puede evidenciar conservas culturales, ampliar la alfabetización racial y fortalecer los vínculos grupales. A través de la poesía, escenas dramatizadas, música y compartires emocionales se desencadenaron catarsis individuales y colectivas que favorecieron la concienciación crítica, la empatía y la responsabilidad ética de los participantes. La vivencia reveló el etnodrama como un recurso dialógico y transformador, especialmente al reconocer las narrativas de personas negras como expresiones legítimas de saber y resistencia frente a las estructuras de opresión social.

PALABRAS CLAVE: Etnodrama; Racismo estructural; Psicodrama público; Alfabetización racial.

1. Grupo de Estudos Quilombo Malaquias – São Paulo (SP), Brasil.

*Autora correspondente: sabrinausv.silva@gmail.com

Recebido: 10 jul. 2025 | Aceito: 22 ago. 2025

Editor de seção: Oriana Hadler 



INTRODUÇÃO

O racismo configura-se como um sistema complexo que perpetua disparidades, silencia narrativas e invalida as contribuições de indivíduos e grupos, com especial ênfase na população negra. Conforme evidenciado por Malaquias (2023), as experiências de vida das pessoas negras foram historicamente marginalizadas, e suas lutas por reconhecimento e resistência são invariavelmente atravessadas por questões raciais e de gênero.

Nesse contexto, desvelar tais realidades e fomentar um diálogo crítico acerca do racismo estrutural torna-se inegável. Por isso, foi proposto o psicodrama público intitulado “Racista, eu? – um encontro para ir além do silêncio estrutural”. O conceito de racismo estrutural, formulado por Silvio Almeida (2019), postula que o preconceito racial transcende atitudes individuais, encontrando-se como parte das instituições, normativas e na própria organização social. Essa perspectiva incita a uma reconstrução crítica da realidade, revelando como o sistema beneficia determinados grupos em detrimento de outros, notadamente a população negra.

Historicamente, a sociedade brasileira foi formada a partir de um legado escravocrata que ainda gera impactos profundos, afinal, a escravidão desumanizou africanos e os relegou a uma posição social inferior, fato que modelou as relações socioeconômicas do país. Embora haja garantias constitucionais, Djamilia Ribeiro (2019) enfatiza que o acesso a direitos fundamentais como educação e propriedade foi negado à população negra, ao passo que privilégios foram assegurados à população branca. Essa discrepância histórica foi reforçada pelo fato de o Brasil, receptor da maior parcela de africanos escravizados, ser atualmente o segundo país com a maior população negra ou de origem africana globalmente (Gomes, 2019).

Tal realidade desafia o mito da democracia racial, expressão cunhada por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* (1933), segundo a qual a miscigenação teria produzido no Brasil uma convivência harmoniosa entre diferentes grupos raciais, eliminando preconceitos e desigualdades. Essa formulação, elaborada a partir de um lugar de poder branco, consolidou-se como narrativa oficial e ainda hoje é mobilizada para negar a existência do racismo. Na prática, contudo, o mito atua como mecanismo de ocultamento das desigualdades históricas e de obstáculo ao reconhecimento de sua persistência nas estruturas sociais (Munanga, 1999).

Nesse horizonte crítico, Almeida e Paulani (2025) evidenciam que o silêncio das teorias do desenvolvimento diante do racismo não é casual, mas estruturado, reforçando a lógica de apagamento e sustentação da hierarquia racial no Brasil.

De modo convergente, Capelasso e Caniato (2024) apontam que a ideologia do branqueamento esteve intrinsecamente ligada à formação da identidade nacional, sustentando a crença de que o embranquecimento cultural e fenotípico representaria um ideal civilizatório, legitimando práticas de exclusão e hierarquização racial.

Esse mesmo movimento de exclusão reverbera no campo científico. Segundo Adrião et al. (2025), a disciplina psicológica, ao se alinhar a paradigmas eurocêtricos, acabou reforçando a lógica de exclusão e hierarquização racial, invisibilizando saberes produzidos por populações negras e indígenas. Nessa mesma direção, Mattos e Schucman (2024) mostram, a partir da análise do filme *Bacurau*, que a noção de “branco verdadeiro” desmonta a retórica da democracia racial ao evidenciar que a branquitude é instável e relacional, funcionando como dispositivo de poder que mantém as desigualdades.

Nesse cenário, torna-se urgente uma reflexão crítica sobre a gênese da miscigenação e a distribuição desigual de direitos. A relevância deste estudo está em dar voz às experiências silenciadas da população negra, utilizando o psicodrama público como espaço de escuta, reflexão e ação coletiva. O objetivo foi contribuir para a conscientização sobre questões étnico-raciais, estimular debates fundamentados e ressignificar cenas pessoais e profissionais impactadas pelo racismo. Além disso, busca-se divulgar o etnodrama, síntese do psicodrama com a pesquisa de problemas étnicos e conflitos intergrupais (Moreno, 1975), como instrumento terapêutico para analisar e intervir nas dinâmicas de exclusão e marginalização.

O psicodrama público foi realizado em Campo Grande/MS, na sede da Escola de Psicodrama da Associação Entre Nós, em 13 de abril de 2024, contando com a participação de 26 pessoas. Previamente, o trabalho fundamentou-se na abordagem teórica do etnodrama e do psicodrama como referencial metodológico.

Portanto, este estudo explora como as contribuições do psicodrama e do etnodrama podem auxiliar na compreensão e no enfrentamento do racismo, ao mesmo tempo que destaca a importância do letramento racial como ferramenta essencial para desconstruir preconceitos e promover a equidade, combatendo a reprodução de atitudes racistas e a manutenção de privilégios historicamente estabelecidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conhecer a história e a cultura do Brasil é fundamental para combater a desigualdade, a discriminação e a opressão. Segundo Malaquias (2020), compreender a identidade requer reconhecer a influência dos padrões históricos e culturais que moldam a sociedade, ancorados na racialização e em discursos que perpetuam estereótipos. O racismo impõe limites ao desenvolvimento saudável dos indivíduos e à construção de relações produtivas, gerando sofrimento e dor (Malaquias, 2023).

Djamila Ribeiro (2019) aponta que, embora a Constituição do Império de 1824 proclamasse a educação como um direito universal, as pessoas negras escravizadas eram sistematicamente excluídas desse acesso. A cidadania se restringia a portugueses e brasileiros natos, incluindo negros libertos, mas estes últimos só a obtinham mediante comprovação de posses e rendimentos, o que dificultava enormemente sua educação.

Ribeiro (2019) também destaca a Lei de Terras de 1850, que foi promulgada após a proibição do tráfico negreiro. Ela acabava com a apropriação de terras por ocupação, estabelecendo que somente o Estado poderia distribuí-las mediante compra. Essa medida criou barreiras intransponíveis para os ex-escravizados, que lutavam para adquirir propriedades. A lei transformou a terra em mercadoria, beneficiando os antigos latifundiários, enquanto imigrantes europeus recebiam concessões para formar colônias.

Segundo Gomes (2019), a influência africana no Brasil permanece notável, forte e predominante – um reflexo do seu passado como o maior território escravista do hemisfério ocidental. Por quase 3 séculos e meio, o Brasil recebeu cerca de 5 milhões de africanos cativos, o que representa 40% do total de 12,5 milhões que foram embarcados para as Américas. Como consequência, o país hoje detém a segunda maior população negra ou de origem africana do mundo.

Esse panorama histórico é ainda mais complexo pelo fato de o Brasil ter sido a nação que mais tempo resistiu a findar o tráfico negreiro e “o último a abolir oficialmente o cativo no continente americano, em 1888 – quinze anos depois de Porto Rico e dois depois de Cuba” (Gomes, 2019, p. 24).

A experiência de ser negro no Brasil é, para muitos, marcada por uma tomada de consciência racial que se inicia precocemente e, não raro, de forma dolorosa. Djamila Ribeiro (2019) ilustra essa realidade ao compartilhar sua vivência, quando a infância, inicialmente um refúgio de afeto familiar, deu lugar à dura percepção de que a negritude era percebida como um “problema” pela sociedade. Xingamentos como “neguinha do cabelo duro” e “neguinha feia” se tornaram os primeiros indicadores de uma diferença que seria apontada como defeito, revelando o impacto de uma sociedade que naturaliza o preconceito.

Essa naturalização do racismo, como bem observa Malaquias (2023), manifesta-se não apenas em ofensas diretas, mas também na própria linguagem cotidiana. A linguagem reflete e reforça estruturas sociais, incluindo as desigualdades e discriminações presentes em uma sociedade. De acordo com Malaquias (2023), o racismo no Brasil foi historicamente naturalizado, o que é visível em expressões cotidianas que carregam conotações racistas, como “criado mudo”, “lista negra” e “mercado negro”. Essas expressões, aparentemente inofensivas, perpetuam estereótipos e hierarquias raciais, contribuindo para a manutenção de preconceitos de maneira velada.

Como discute Malaquias (2023), expressões aparentemente banais, como “denegrir”, “ovelha negra” ou “samba do crioulo doido”, operam como formas de violência simbólica herdadas da escravidão, reforçando hierarquias raciais ao se manterem no uso cotidiano sem reflexão crítica.

Debruçar-se sobre as questões raciais trata-se de voltar os olhos àqueles aos quais não foram reservados os melhores lugares desde seu nascimento e, ainda, a quem foi imposta uma descaracterização da sua imagem pessoal. O discurso da meritocracia também não lhes cabe, pois o ponto de partida é sempre desigual. A repetição de privilégios, sim, esta nunca falha e é assegurada às pessoas brancas, transmitida de geração a geração.

Para Malaquias (2023), a branquitude impõe padrões estéticos e de comportamento que enfraquecem a espontaneidade e exigem a descaracterização de corporalidades negras, manifestando-se em práticas de discriminação ligadas ao cabelo, à fala, dança e forma de vestir.

São necessários cada vez mais estudos baseados na negritude, uma vez que a branquitude (Bento, 2022) faz emergir um anseio muito grande pelo processo de letramento racial, pela aprendizagem de um novo conhecimento – uma nova forma de compreender as questões étnico-raciais propostas a partir deste trabalho. O racismo é uma questão intrínseca à população brasileira, portanto diz respeito a todos: negros e não negros.

Segundo Almeida (2019), o racismo não se restringe a ações individuais, mas se reproduz como processo social herdado e naturalizado pela tradição. Por isso, além de medidas de combate no plano individual e institucional, torna-se necessário refletir sobre transformações profundas nas relações humanas.

Para não reproduzir o racismo e promover a equidade são necessários movimentos que permitam conscientizar as pessoas sobre as relações sociais na sociedade. Reconhecer, criticar e combater atitudes racistas exige conhecimento e posicionamento. O conceito de letramento racial (Bento, 2022), elaborado pela antropóloga afro-americana France Winddance Twine, inclui um conjunto de práticas baseado em cinco fundamentos que buscam reeducar o indivíduo em uma perspectiva antirracista.

O primeiro é o reconhecimento da branquitude, pois a condição de branco confere privilégios aos indivíduos, já que a história do Brasil contada é sinônimo de uma história branco-europeia. O segundo é o entendimento de que o racismo é um problema atual, não apenas um legado histórico. O terceiro é a compreensão de que as identidades raciais são aprendidas: são resultados de práticas sociais reproduzidas desde a mais tenra idade. O quarto é se apropriar de um vocabulário, de uma gramática racial. O quinto, por fim, diz respeito à capacidade de interpretar os códigos e práticas “racializados”.

Se, no campo histórico, o racismo se consolidou como estrutura social e simbólica, no campo psicodramático abre-se a possibilidade de explorar tais conservas por meio da ação dramática, em especial através do etnodrama.

Jacob Levy Moreno (1975), ao desenvolver o psicodrama, focou na inclusão e no reconhecimento do outro por meio da ação dramática. Sua metodologia permite que as pessoas confrontem preconceitos enraizados, promovendo a empatia e a quebra de estigmas sociais. No etnodrama essa abordagem é ampliada para explorar questões de identidade, cultura e poder, tornando-o um instrumento potente para desnaturalizar atitudes racistas e promover a inclusão.

Malaquias et al. (2016) destacam que o psicodrama, ao abordar a experiência de ser negro diante do preconceito, estimula a ruptura com padrões socioemocionais repetitivos e convoca os sujeitos ao protagonismo na criação de uma nova história coletiva.

Como referencial teórico o psicodrama é um método que promove a expressão criativa e a exploração emocional, com ênfase na ação e na interação social, práticas valiosas sobre a experiência humana, tornando-se recurso válido em diversos contextos. De acordo com Malaquias (2023), o psicodrama constitui um “teatro terapêutico” que projeta conflitos e papéis da vida real em um espaço experimental, possibilitando ao sujeito elaborar seus problemas de forma criativa e coletiva.

Esse exercício de percepção pode converter situações de violência em processos de conscientização, nos quais o autoconhecimento é fundamental para transformação de atitudes e ressignificação de sentimentos. Conforme Gonçalves et al. (2023), a prática psicodramática se fundamenta em três pilares principais: o contexto, os instrumentos e as etapas.

No psicodrama o contexto pode ser social, grupal ou dramático, abrangendo o entrelaçamento das vivências individuais e coletivas em uma circunstância espaço-temporal específica. Esse contexto envolve não apenas o ambiente físico, mas também as relações afetivas, as normas implícitas e os significados compartilhados que emergem no encontro. A compreensão atenta dessas dimensões permite ao diretor identificar tensões latentes, demandas emocionais e assimetrias de poder, criando condições para transformar tais experiências por meio da ação dramática.

Nesse cenário, o psicodrama opera com cinco instrumentos fundamentais. O cenário define o espaço simbólico da dramatização. O protagonista representa emoções ou conflitos do grupo e é escolhido com base na técnica sociométrica, que mapeia vínculos interpessoais por meio de escolhas e posicionamentos físicos, evidenciando afinidades, rejeições e padrões de interação. Essa análise possibilita a identificação de subgrupos, distanciamentos e centralidades, orientando a seleção de quem melhor simboliza o tema latente (Moreno, 1974).

Outro recurso de relevância é o axiodrama, definido por Souza e Drummond (2017) como a dramatização de valores, ideais e dilemas éticos que orientam o agir humano. Diferentemente de técnicas centradas apenas em conflitos interpessoais, o axiodrama amplia a investigação para o campo moral e coletivo, permitindo explicitar incoerências entre princípios declarados e práticas efetivas. No presente estudo, tal perspectiva mostra-se essencial para problematizar as contradições produzidas pelo racismo estrutural, evidenciando como as relações de poder e as conservas culturais se expressam nas cenas grupais.

O diretor atua como mediador do processo, coordenando a dramatização com sensibilidade clínica. O ego-auxiliar observa de forma complementar, oferecendo ao diretor percepções não imediatamente visíveis. Por fim, o público funciona como “caixa de ressonância”: ao compartilhar suas reações após a dramatização, contribui para a elaboração do protagonista e para o fortalecimento da experiência coletiva.

Para Oliveira (2025), o psicodrama e a grupoterapia são ferramentas cruciais na luta antirracista no Brasil, baseando-se no trabalho de Alberto Guerreiro Ramos, uma figura central na sociologia brasileira que defendia que a análise da sociedade brasileira deve ter o antirracismo como ponto primordial. Segundo Oliveira (2025), Guerreiro Ramos, através do Teatro Experimental do Negro (TEN), demonstrou como o psicodrama pode ser um espaço de emancipação para pessoas negras, auxiliando-as a processar traumas históricos e desafios sociais. Oliveira (2025) esclarece que a grupoterapia é uma ferramenta essencial para combater o racismo estrutural. Ela cria um espaço seguro para que as pessoas negras desconstruam a objetificação de seus corpos e se fortaleçam como agentes de transformação social.

As etapas da sessão psicodramática são: aquecimento (inespecífico e específico), dramatização e compartilhamento. O aquecimento inclui um primeiro momento inespecífico, que pode ser verbal ou corporal, seguido pelo aquecimento específico do protagonista, preparando-o para a ação dramática.

Na dramatização o protagonista representa seus conflitos internos no contexto dramático, possibilitando a resolução ou elucidação desses conflitos. O compartilhamento é o momento em que os membros expressam como foram tocados pela dramatização e compartilham suas experiências pessoais.

No psicodrama o conceito de conservas culturais, formulado por Jacob Levy Moreno (1975), é central para compreender como crenças, valores e papéis sociais se cristalizam ao longo do tempo, limitando a espontaneidade e a criatividade. No contexto brasileiro, o racismo estrutural se mantém justamente por meio dessas conservas, que naturalizam desigualdades.

Vomero (2022) amplia essa compreensão ao introduzir o conceito de conserva cultural colonial, que nomeia e localiza as formas de violência herdadas do projeto colonial e cristalizadas nas relações sociais contemporâneas. Essa perspectiva revela que as conservas não apenas limitam a ação espontânea individual, mas também operam como dispositivos históricos de manutenção de hierarquias raciais, apagamento cultural e controle simbólico, tal como na redução das múltiplas identidades indígenas e negras a estereótipos homogêneos.

Durante uma sessão de psicodrama, desafiar essas conservas culturais e, de forma mais específica, as conservas coloniais significa criar espaço para que o protagonista experimente novas formas de agir e se relacionar. A dramatização, nesse sentido, atua como um campo de experimentação seguro em que padrões rígidos podem ser questionados e substituídos por respostas mais criativas e autênticas, favorecendo tanto a flexibilidade psicológica quanto a emancipação frente a condicionamentos históricos. O trabalho psicodramático, assim, envolve reconhecer a presença desses padrões e buscar alternativas coerentes com as necessidades e realidades individuais e coletivas, contribuindo para a construção de relações mais igualitárias.

O trabalho com tais memórias presentes nesses “padrões” envolve o reconhecimento dos padrões enraizados e a busca de alternativas que sejam mais adequadas às necessidades e realidades individuais. Ao fazer isso, o psicodrama visa a ampliar a capacidade de resposta criativa do indivíduo, tornando-o mais autêntico nas suas interações com o mundo.

Assim, ao problematizar as conservas culturais e coloniais, evidencia-se que o racismo estrutural não se limita a atitudes individuais, mas está enraizado em práticas sociais, linguísticas e institucionais. Nesse sentido, o etnodrama se mostra particularmente adequado, por articular a memória histórica coletiva com a vivência psicodramática, criando espaço para ressignificação das conservas coloniais e para o fortalecimento da consciência racial crítica.

METODOLOGIA

O encontro foi conduzido no formato de psicodrama público, com intervenção do etnodrama, reunindo participantes de diferentes contextos para dramatizar e refletir sobre experiências relacionadas ao racismo estrutural e suas repercussões. A coordenação adotou a estrutura clássica de três etapas: aquecimento, dramatização e compartilhamento, preservando a espontaneidade e a coautoria dos participantes na construção das cenas.

Aspectos éticos

Todos os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a participação e o registro das cenas. O estudo observou os princípios éticos previstos na Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes para pesquisas com seres humanos, e enquadra-se no disposto na Resolução n.º 510/2016, parágrafo único, inciso VII, por se tratar de aprofundamento teórico de situações emergentes na prática profissional, sem divulgação de dados que permitam a identificação dos sujeitos.

Dispositivo metodológico

As intervenções foram registradas em diário de campo pelo ego-registrador, com notas sobre falas, movimentos e interações ocorridas em cada etapa. O material foi posteriormente submetido à análise interpretativa psicodramática, orientada pelos referenciais de Moreno (1974) e Bustos (2005), com foco na identificação de conservas culturais e valores coletivos implicados no racismo estrutural.

Aquecimento inespecífico

Após a abertura e contextualização do evento, os participantes foram convidados a interagir ao som da música *Amarelo, Azul e Branco* (composição de Ana Caetano e Vitória Falcão), realizando deslocamentos pelo espaço e pequenas trocas, respondendo a questões sobre história pessoal, desafios e identidade racial. Essa etapa de aquecimento do grupo buscou criar vínculo, despertar memórias e favorecer um clima de escuta e receptividade.

Aquecimento específico

Na sequência, utilizou-se um axiodrama, que é uma proposta metodológica com fundamentação própria definida por Moreno (1974) como a dramatização das aspirações morais individuais e coletivas, possibilitando a encenação de valores éticos e dilemas sociais, explicitando incoerências entre princípios declarados e práticas concretas, sobretudo no que se refere às heranças coloniais que sustentam o racismo estrutural (Souza & Drummond, 2017; Vomero, 2022). A vivência dramática desencadeou uma catarse de integração, permitindo que os participantes se conectassem à realidade do apagamento da população negra e refletissem sobre suas próprias atitudes, seja como perpetradores, vítimas ou testemunhas do racismo.

Durante a atividade foram apresentadas três afirmações provocadoras relacionadas ao racismo, levando os participantes a se posicionarem fisicamente no espaço conforme sua concordância ou discordância. Entre as falas emergentes, destacaram-se: “É uma construção estrutural, por isso somos todos racistas” e “A estrutura se relaciona com as relações de poder”. Esse exercício introduziu, de forma vivencial, os três eixos que posteriormente orientaram a análise: a persistência estrutural do racismo, a necessidade de humanizar práticas cotidianas, e a construção de identidade.

Dramatização

Devidamente aquecidos, passamos para a etapa de dramatização. Foram formados dois subgrupos a partir de voluntários e cada qual recebeu o poema “Gritaram-me Negra”, de Victoria Santa Cruz, para discutir e encenar. Enquanto isso, os demais participantes, que permaneceram na plateia, declamaram trechos do poema em sequência.

O primeiro grupo, composto por quatro mulheres, apresentou uma performance em que uma participante declamava o poema com forte carga dramática, enquanto as demais encenavam corporalmente as situações evocadas. Ao final, denominaram a cena de “Forte realidade”, sinalizando a dureza das experiências representadas.

O segundo grupo construiu uma cena a partir de falas cotidianas que expressam racismo velado: comentários depreciativos sobre cabelo crespo, a frase “não sou racista, tenho até uma amiga negra” e, por fim, a afirmação orgulhosa dessa amiga sobre sua identidade negra. As palavras superação, resistência e identidade emergiram como síntese da cena.

Todas as dramatizações foram registradas em diário de campo – relatando falas, movimentos e títulos das cenas –, compondo o material submetido à análise interpretativa psicodramática.

As encenações, em articulação com a declamação coletiva da poesia, desencadearam catarses individuais e coletivas, funcionando como espelho das vivências pessoais e comunitárias. Muitos participantes relataram reconhecer, nas cenas, experiências próprias ou de familiares e vizinhos. A dramatização evidenciou tanto o apagamento histórico da população negra quanto a potência de sua resistência, convidando o grupo a refletir criticamente sobre padrões de beleza, autoestima e racismo estrutural.

Compartilhamento

O encerramento ocorreu em roda, quando os participantes relataram sentimentos e lembranças evocadas pelas dramatizações. As falas expressavam indignação, empatia, reconhecimento da dor alheia e experiências diretas de racismo. Uma participante afirmou: “Por muito tempo não usei roupas vermelhas porque diziam que eu ficava preta, o mesmo que suja”. Outra destacou: “O mais importante é reconhecer que o racismo é um problema dos brancos. Seja um branco antirracista”. Esse momento consolidou a vivência como espaço de conscientização, responsabilização e abertura a novas formas de convivência.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O psicodrama público “Racista, eu? – um encontro para ir além do silêncio estrutural” evidenciou o potencial da abordagem psicodramática como recurso teórico-prático capaz de articular experiência estética, reflexão crítica e ação transformadora. As etapas de aquecimento, dramatização e compartilhamento constituíram um campo fértil para problematizar as estruturas que sustentam o racismo, conduzindo os participantes da percepção individual à compreensão coletiva e histórica do fenômeno.

A dramatização do poema “Gritaram-me Negra”, de Victoria Santa Cruz, funcionou como catalisador afetivo e político. As falas emergentes no compartilhamento indicaram que, para muitas pessoas negras, a encenação operou como um “filme da própria vida”, mobilizando memórias de infância, episódios de exclusão, violência simbólica e racismo institucional. Para participantes brancos, a experiência gerou deslocamentos e desconfortos – como na declaração “Como homem branco, não sinto na pele a dor do racismo”, acompanhada da consciência de que reconhecer tal distância é um passo necessário para assumir responsabilidade ética no enfrentamento da desigualdade racial.

Esse conjunto de vivências reforçou o primeiro eixo identificado: a persistência do racismo através das estruturas sociais. As narrativas mostraram que ele não é episódico nem restrito a interações individuais, mas um sistema enraizado em práticas históricas e instituições contemporâneas. Exemplos como o impedimento de um participante negro de integrar uma procissão ou a confusão de um professor doutor com uma prostituta revelam a permanência de dispositivos de poder que moldam oportunidades, representações e pertencimento.

O segundo eixo refere-se à necessidade contínua de humanizar as práticas cotidianas e suplementares. Afirmações como “pensar sobre o racismo tem que, em primeiro lugar, ser um convite para dizer que é comigo” indicam um deslocamento da conscientização para a assunção de responsabilidade subjetiva e coletiva. O psicodrama, ao criar um espaço protegido para experimentação, favoreceu a emergência de gestos de cuidado, empatia e reconhecimento da dor alheia, permitindo que papéis encenados reverberassem como ensaios de novas formas de estar no mundo.

O terceiro eixo envolve a compreensão do processo de identidade, identificação e subjetivação. Embora Moreno (2008) não utilize explicitamente o termo “subjetivação”, sua obra oferece bases para compreendê-lo no campo psicodramático. Durante o encontro esse processo tornou-se visível, por exemplo, na cena em que a estética do cabelo crespo foi tematizada:

a fala “não sou racista, tenho até uma amiga negra” e a resposta afirmativa “sou negra sim” condensam disputas de significados e a produção de subjetividade que tensiona conservas culturais e atualiza a potência criadora do papel no aqui- agora.

Nesse horizonte, Maria Célia Malaquias (2020) situa o psicodrama no Brasil como prática comprometida com uma “segunda e verdadeira abolição”, enfatizando sua dimensão histórico-política no enfrentamento do racismo. Já Dedomenico (2013) atualiza a noção moreniana de papel ao deslocá-lo de uma perspectiva fixa para entendê-lo como construção sócio-histórica, atravessada por forças instituintes e instituídas.

O papel, assim, é dispositivo central de criação e transformação: não apenas posição funcional, mas lugar de afetações e agenciamentos, no qual subjetivação (processo de tornar-se sujeito em meio às relações) se produz. O conceito de role-creating (criar no papel de forma espontânea e criativa) representa esse espaço de dobra criativa que rompe conservas culturais e atualiza a potência inventiva dos sujeitos. Essa dinâmica tornou-se evidente quando uma participante negra, ao assumir em cena o protagonismo de sua identidade, afirmou com determinação “sou negra, sim” – gesto que condensou disputas simbólicas e atualizou novas possibilidades de ser-no-mundo.

Ampliando essa discussão, Vasconcelos et al. (2022) articulam o conceito moreniano de realidade suplementar, campo da imaginação e da possibilidade que ultrapassa a realidade imediata, com sua potência política. Subjetivar-se, nesse registro, implica habitar espaços-tempo capazes de desestabilizar modos hegemônicos de vida e fabular mundos outros.

Essa dimensão apareceu de modo intenso na dramatização do poema de Victoria Santa Cruz: ao ecoar a repetição de “Gritaram-me Negra”, a cena abriu um território suplementar. Não se tratava apenas de reviver a dor, mas de fabular coletivamente a força e a beleza da identidade negra. Nesse campo excedente da existência, clínica, arte e política se entrelaçaram, permitindo que participantes experienciassem não só a denúncia do racismo, mas também a invenção de novos modos de estar no mundo. Assim, o etnodrama mostrou-se dispositivo privilegiado para sustentar práticas emancipatórias e de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O psicodrama público “Racista, eu? – um encontro para ir além do silêncio estrutural” representou um marco significativo, não apenas para a instituição, mas também para o debate sobre o racismo estrutural no contexto local. Idealizado a partir da integração entre a formação psicodramática e a trajetória pessoal da diretora, o encontro revelou-se de grande impacto estético, político e subjetivo.

A experiência cumpriu seu objetivo de sensibilizar para a percepção das formas sutis e naturalizadas de racismo nas interações cotidianas. As falas compartilhadas, atravessadas por dor e resiliência, evidenciaram os obstáculos enfrentados pela população negra para assumir o protagonismo de suas narrativas. Nesse processo, a vivência dramática produziu uma catarse coletiva que, à maneira da catarse de integração descrita por Moreno, não apenas liberou afetos, mas também abriu possibilidades de elaboração crítica e transformação.

A escolha do etnodrama mostrou-se especialmente fecunda para tematizar o racismo. Ao articular memórias pessoais, como as experiências de infância e a aceitação do cabelo natural, com processos grupais foi possível revelar como instituições sociais e culturais configuram as experiências negras. A dramatização da poesia “Gritaram-me Negra” operou como espelho e como dobra criativa: denunciou o apagamento histórico e, ao mesmo tempo, encenou um movimento coletivo de afirmação identitária.

Os resultados confirmam que o racismo no Brasil deixou marcas profundas e ainda latentes na fala, nas posturas e nas escolhas sociais. A marginalização em periferias, a associação a trabalhos braçais e a depreciação de características físicas – como o cabelo – ressaltam a persistência de um padrão de beleza imposto e a constante invisibilidade da representatividade negra em diversos setores, desde a infância escolar até a mídia e as artes. Ao envolver brancos e negros na cena, o psicodrama público cumpriu sua função de conscientizar e incentivar a ação coletiva contra o racismo estrutural.

Essa experiência reforça a urgência de iniciativas públicas e institucionais que deem voz, sustentem processos de cura e fortaleçam a subjetividade negra diante da violência cotidiana. O psicodrama, ao entrelaçar clínica, arte e política, mostrou-se potente recurso de ressignificação de histórias e fortalecimento comunitário.

Para pesquisas futuras sugere-se a realização regular de psicodramas públicos sobre recortes específicos do racismo, como suas intersecções com gênero, classe e mundo do trabalho. A documentação sistemática dessas práticas, aliada ao conceito de letramento racial, pode oferecer bases para avaliar o alcance clínico, educativo e político dessas intervenções. Assim, experiências como esta reafirmam o papel do psicodrama e do etnodrama como dispositivos privilegiados para sustentar práticas emancipatórias e contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente antirracista.

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Conceitualização: Sabino SS, Sisti SPP, Silva IS; **Metodologia:** Sabino SS, Sisti SPP; **Análise formal:** Sabino SS; **Investigação:** Sabino SS, Silva IS; **Escrita:** Sabino SS, Sisti SPP, Silva IS; **Aprovação final:** Sabino SS.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

- Adrião, K. G., Barros, V. F., Oliveira, L. S., & Silva, M. C. (2025). Ética, racismo e experiências contracoloniais no exercício da Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e3274427. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003274427>
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Jandaíra.
- Almeida, S. A., & Paulani, L. M. (2025). O silêncio eloquente: por que as teorias do desenvolvimento calam sobre o racismo? *Brazilian Journal of Political Economy*, 45(1), 1-18. <https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3686>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Bustos, D. M. (2005). O psicodrama: aplicações de técnica psicodramática. *Ágora*.
- Capelasso, M. S., & Caniato, A. M. P. (2024). Racismo brasileiro e ideologia do branqueamento orquestrados pela personalidade autoritária. *Fractal: Revista de Psicologia*, 36, e40216. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/2024/v36/40216>
- Dedomenico, M. A. (2013). A funcionalidade do conceito de papel. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(2), 81-92. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/337>
- Gomes, L. (2019). *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares* (Vol. 1). Globo Livros.
- Gonçalves, C. S., Wolff, J. R., & Almeida, W. C. de. (2023). *Lições de psicodrama: introdução ao pensamento de J. L. Moreno*. Ágora.
- Malaquias, M. C. (Org.). (2020). Psicodrama e relações étnico-raciais: diálogos e reflexões. *Ágora*.

- Malaquias, M. C. (Org.). (2023). *Etnodrama: contribuições do grupo de estudos de psicodrama e relações raciais*. Ágora.
- Malaquias, M. C., Nonoya, D. S., Cesarino, A. C. M., & Nery, M. P. (2016). Psicodrama e relações raciais. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 24(2), 55-66. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/279>
- Mattos, A. R., & Schucman, L. V. (2024). “You ain’t white. Are they white?”: O branco “verdadeiro” em *Bacurau* (e no Brasil). *Psicologia & Sociedade*, 36, e286075. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36286075>
- Moreno, J. L. (1974). *Psicoterapia de grupo e psicodrama: introdução a teoria e a práxis*. Mestre Jou.
- Moreno, J. L. (1975). *Psicodrama*. Cultrix.
- Moreno, J. L. (2008). *Quem sobreviverá? Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama* (M. Aguiar, Trad.). Daimon.
- Munanga, K. (1999). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. *Vozes*.
- Oliveira, D. R. (2025). Psicodrama brasileiro e a luta antirracista: o legado de Alberto Guerreiro Ramos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, 1-5. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.696>
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.
- Souza, A. C., & Drummond, J. R. (2017). Axiograma nas organizações. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 25(1), 87-93. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/173>
- Vasconcelos, M. de F. F., Melo, M. R. de, Carvalho, M. C., & Venancio, K. M. S. (2022). Pela realidade suplementar desses (nossos) tempos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 30, 1-12. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.588>
- Vomero, L. de S. Z. (2022). Decolonizando o conceito de reconhecimento (eu-tu). *Revista Brasileira de Psicodrama*, 30, 1-10. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.576>